



Como os partidos distribuem o dinheiro: estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil

*Bruno Bolognesi - UFPR**

*Rodrigo R. Horochovski - UFPR***

*Ivan Jairo Junckes - UFPR****

*Karolina M. Roeder - UFPR*****

* Cientista político, professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Coordenador do Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários – LAPeS/UFPR (www.lapesufpr.com.br), pesquisador do Grupo de Investigación de Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina (<https://sites.google.com/site/gipsalalacip/>) e editor associado da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp).

** Cientista político, professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Pesquisador do Laboratório de Análise de Redes (LAR/UFPR) e do Laboratório de Análise de Campo Científico (LACC/UFPR).

*** Doutor em Sociologia Política, professor no Curso de Administração Pública e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR Litoral e coordenador do Laboratório de Análise de Redes (LAR).

**** Doutoranda em Ciência Política na UFPR, editora-assistente da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp), pesquisadora do Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários – LAPeS/UFPR (www.lapesufpr.br).

Introdução¹

Boa parte das pesquisas que buscam mensurar, classificar, agrupar partidos políticos no Brasil tem como fonte de dados os resultados eleitorais. Os partidos brasileiros são frequentemente classificados a partir do desempenho competitivo na conquista de votos e de cadeiras representativas. A régua para mensurar o tamanho ou a força de determinado partido sempre esteve ligada a variáveis como quantidade de cadeiras na Câmara dos Deputados, número de cidades governadas, voto do eleitorado, etc. (Berlatto, Codato and Bolognesi, 2016; Braga and Pimentel Jr, 2011; Dantas and Praça, 2010; Ev and Melo, 2014; Nascimento *et al.*, 2016).

Por outro lado, os estudiosos preocupados com o aporte financeiro dos partidos em períodos eleitorais estiveram sempre tentando responder como se dá a relação do dinheiro com o sucesso eleitoral ou como doadores investem em candidatos (Samuels, 2001; Figueiredo Filho, 2009; Marcelino, 2010; Peixoto, 2010; Cervi, 2010; Speck and Mancuso, 2011).

Diante deste quadro, o objetivo aqui é oferecer uma explicação alternativa para compreender a relação entre a organização partidária e os recursos que as legendas desfrutam durante o período eleitoral. Para isso partimos de dois supostos. O primeiro circunscreve-se na impossibilidade da mensuração do peso do partido a partir de seu desempenho competitivo. Os resultados eleitorais são, antes de tudo, o *output* da relação entre estrutura partidária e recursos. Ou seja, tomar o resultado eleitoral como *proxy* para entender como os partidos arrecadaram seus *assets* para produzir este resultado sugere lógica endógena. O segundo é que, para mensurar a estrutura de um partido e seu potencial de desempenhar positivamente no certame eleitoral, é preciso recorrer à estrutura organizativa do partido. A máquina que movimenta eleitores, cabos eleitorais, conexões e palanques, ou seja, o que mobiliza o recurso arrecadado. Precisamos saber, antes da urna, a capacidade da agremiação para que o doador enxergue ali um bom lugar para depositar seu investimento.

É preciso também fazer um *caveat*. Mensurar qualquer coisa que se refira a como partidos políticos se organizam ou como se estruturam no Brasil apenas através da dinâmica eleitoral não é capaz de revelar o *party on the ground*. Não é novidade que o voto no país é centrado no candidato e os partidos políticos ocupam posição secundária na disputa eleitoral legislativa (Carey and Shugart, 1993; Ames, 1995; Samuels, 1999; Mainwaring and Torcal, 2005).

¹ Os autores agradecem à Giovanna Cruz, Flávia Babireski, Amanda Bilicki, Yasmin Bicca e Letícia Bonaccorsi pelo trabalho coletivo no LAPeS para a coleta dos dados sobre estrutura organizacional dos partidos políticos.

Desse modo, inferir acerca da organização partidária a partir somente da arena eleitoral limita severamente as conclusões sobre a força que as legendas possuem como organizações.

Pensando nesta ressalva, é preciso saber não só quem paga a conta das campanhas eleitorais. É preciso responder também se os candidatos recebem de seus partidos conforme o partido se estrutura ou se o dinheiro privilegia um candidato – ou um seleto grupo de – onde a organização torna-se apenas um acessório de candidaturas individuais (Holtz-Bacha, Langer and Merkle, 2014; Alcántara, 2016). Assim, propomos aqui analisar a relação entre a distribuição de recursos durante as eleições para deputado federal no Brasil em 2014 e a estrutura organizacional dos partidos políticos.

Trata-se de um aprofundamento da agenda de pesquisa sobre financiamento político, que tem demonstrado a preferência dos financiadores de campanha, especialmente as empresas, por candidatos mais competitivos e que, no fim das contas, recebem mais votos e apresentam maiores chances de aparecerem na lista dos eleitos (Figueiredo Filho, 2009; Horochovski *et al.*, 2016; Mancuso, Horochovski and Camargo, 2016). A questão que se coloca é se os partidos seguem a mesma dinâmica, de alocação assimétrica dos recursos, na distribuição do fundo partidário e de recursos advindos da legenda como doações aos partidos.

Como primeiro passo, a estrutura organizacional é definida como a disposição formal do partido sob o território. É o *hardframe* no qual o partido investe e mobiliza seus *rank and files*, seus *core voters* e seus funcionários para colocar em funcionamento a busca por votos (Scarrow, 1996; Calvo and Murillo, 2004; Sáez, 2005; Freidenberg and Levitsky, 2007; Tavits, 2012, 2013; Wills-Otero, 2016; Scarrow, P. Webb and Poguntke, 2017). Será, a partir de um indicador mobilizado para mensurar tal estrutura, essa a variável de controle sob a qual se assentam duas hipóteses:

H₀: os recursos de origem partidária, especificamente, serão distribuídos de forma a privilegiar a dinâmica de oportunidades eleitorais, à despeito da estrutura organizativa;

H₁: derivada da primeira, quanto mais estruturado estiver um partido organizacionalmente, mais equânime intrapartidariamente será a distribuição de recursos de campanha oriundos do partido político.

Para testar as hipóteses, analisamos os trinta e cinco partidos brasileiros e seu comportamento no ano eleitoral de 2014. A partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara dos Deputados (CD), sites dos partidos e idas e contatos com as executivas partidárias, compilamos uma base capaz de refletir as principais características dos partidos políticos em termos de sua ossatura organizativa. Em vez de focarmos nas grandes teorias sobre modelos

de partido e mudança organizacional, estamos propondo que explicações de médio alcance podem ser mais úteis para entender dinâmicas internas aos partidos políticos (Janda, 1983).

Discussão

Repetir o mantra de Eldersveld (1964) e Schattschneider (1942) sobre a importância e centralidade dos partidos políticos nas democracias está bastante desgastado. Já sabemos a função primordial das agremiações em organizar o debate, canalizar interesses, recrutar representantes e dirimir conflitos no governo. O problema passa a ser de que modo os partidos fazem isso. De outro lado, cada uma das tarefas de um partido exigiria modelos teóricos e análises empíricas próprias. Neste sentido, tentamos entender a forma com que os partidos políticos gerem a representação política ao alocar recursos entre os candidatos que os representarão na arena legislativa. A maior dependência financeira que os partidos possuem hoje do financiamento advindo do Estado para sua manutenção e campanhas torna-se um campo investigativo fundamental para entender as estratégias que dependem da disposição organizativa em sua relação com a sociedade através da captação de votos. Ao mesmo tempo em que há o declínio da adesão e menor participação de filiados, há o aprimoramento do financiamento partidário e aumento do número de funcionários pagos pelo partido, o que torna a questão de como se gasta o dinheiro dos partidos central (Poguntke *et al.*, 2016).

Estruturas e recursos do partido têm sido utilizadas como *proxy* de força partidária. Alguns partidos são estruturados para atuar de forma coesa, outros têm apenas a função de *labels* a serem compartilhados por seus parlamentares. A estrutura pode ser analisada a partir da verificação da autonomia ou restrição da liderança, centralização ou localização da distribuição de recursos e dispersão ou concentração territorial. Os recursos podem ser medidos por sua fraqueza ou força financeira, dispersão ou concentração do financiamento, maior ou menor autonomia em relação ao Estado, força ou fraqueza burocrática (Tavits, 2008, 2012a; Poguntke *et al.*, 2016; Webb and Dan Keith, 2017). Quanto mais forte o partido nesses aspectos, mais forte será a sua estrutura organizacional². Partidos fortes organizacionalmente, por exemplo, dependem menos da popularidade e personalidade de candidatos individuais. Partidos fracos,

² O uso do termo 'estrutura organizacional' remonta um emaranhado de conceitos que, como sempre na área de partidos políticos na Ciência Política, é pouco claro e diversos autores usam termos diferentes para dizer a mesma coisa. Tavits (2013) utiliza 'força organizacional' (*organizational strenght*), Sáez (2005) 'infraestrutura partidária', Freidenberg e Sáez (2000) 'ossatura partidária', Sacarrow, Webb e Poguntke (Scarow, P. Webb and Poguntke, 2017), finalmente, utilizam o termo que adotaremos aqui: 'estrutura organizacional' (*organizational structure*). Mas trata-se sempre da ideia das bases estruturais com a qual os partidos políticos trabalham, a estrutura em que se dá a dinâmica de disputa de poder no interior do partido.

do outro lado, são menos capazes de garantir a eleição de seus candidatos com base na reputação do partido (Tavits, 2013). Espera-se que os partidos fortes distribuam, dessa forma, financiamento de forma mais equânime entre os candidatos, e, os partidos fracos, de maneira mais concentrada.

Os estudos que têm como variável a estrutura organizacional a mobilizam como variável dependente, buscando medir a estrutura dos partidos e o *trade-off* das dimensões organizacionais (recursos, estruturas e estratégias de representação) de forma comparada, entre países (Webb and Keith, 2017) e independente, medindo o impacto da força organizacional no desempenho eleitoral (Tavits, 2013) e nos níveis de participação e representação política (Scarrow. Webb and Poguntke, 2017)

Já a agenda sobre financiamento eleitoral costuma organizar-se, no Brasil, de acordo com Mancuso (2015) em torno três temáticas: i) como os recursos afetam os resultados eleitorais³; ii) se as doações de campanha beneficiam os doadores⁴, e iii) o que explicam as contribuições e os gastos realizados na campanha⁵.

Os estudos costumam investigar os tipos de financiamento e gastos existentes de forma comparada, nas democracias, as vantagens de cada tipo de financiamento (privado, público, misto), o desenho da regra eleitoral que rege o financiamento no país, a comparação entre financiamento público e o financiamento empresarial em períodos eleitorais e não eleitorais.

Uma área ainda inexplorada no estudo sobre financiamento e gastos é a análise de eficácia ou ineficácia das estratégias de gasto eleitoral de partidos e sobre a relação entre

³ Nessa linha e para o caso da Câmara dos Deputados, a variável dependente utilizada na literatura costuma ser o resultado eleitoral, e a independente, financiamento. Os autores aqui localizam correlações entre dinheiro e sucesso eleitoral, e o aumento da proporção de votos ou à condição de eleito ou não eleito em relação ao financiamento obtido (Samuels, 2001a, 2001b; Pereira and Renno, 2007; Marcelino, 2010; Lemos, Marcelino and Pederiva, 2010; Mancuso 2012), além disso, identificam um menor impacto eleitoral dos recursos para os candidatos desafiante em contraponto aos mandatários (Figueiredo Filho, 2009; Peixoto, 2010).

⁴ Nessa linha o foco está na doação de pessoa jurídica e o possível beneficiamento que esse tipo de doador pode obter junto ao Estado. A variável independente aqui é financiamento e dependente, benefícios. Os achados têm apontado para o beneficiamento dos doadores na obtenção de recursos federais (Samuels, 2001b; Lemos, Marcelino and Pederiva, 2010; Lazzarini and Bandeira-de-mello, 2011).

⁵ Nesse terceiro e último eixo apontado por Mancuso (2015) o foco recai sobre as variáveis explicativas do financiamento e gastos eleitorais, os colocando, agora, como variável a ser explicada. Segundo esse autor, a maioria dos estudos aponta como determinantes ao financiamento o partido político dos candidatos, o pertencimento ou não à coalizão do presidente, o exercício do mandato, e a magnitude do distrito (Mancuso, 2015). No caso dos partidos e Câmara dos Deputados, os estudos encontraram correlação entre o perfil ideológico e a proporção de contribuições na década de 1990 (Samuels, 2001b), a constatação do maior volume de financiamento advindo de pessoa jurídica aos partidos de direita nos anos 2000, embora tenha sido notado o aumento da importância desse tipo de recurso para os candidatos da esquerda (Mancuso, 2012; Lemos, Marcelino and Pederiva, 2010).

investimento e sucesso eleitoral (a natureza da relação entre essas variáveis) comparado *entre* partidos. Ademais, os estudos estão centrados hoje

“nas doações diretas para as candidaturas, mas a Justiça Eleitoral registra também as doações para os comitês e, a partir de 2010, para os partidos. A parte de doações para comitês e partidos que é repassada para a contabilidade das candidaturas entra na conta dos estudiosos, mas a parte que é investida diretamente por comitês e partidos geralmente não entra na conta, embora também afete potencialmente o desempenho eleitoral dos candidatos” (Mancuso, 2015, p.178).

Acerca da distribuição de recursos, os estudos nacionais costumam analisa-lo sob a perspectiva do fundo partidário, como esse recurso público é distribuído *entre* os partidos⁶ e *pelos* partidos. Braga & Bourdoukan (2009) estudam as duas perspectivas de distribuição e suas implicações para a estruturação da organização partidária e competição política, em uma perspectiva histórica sobre as mudanças legais e estatutárias na forma de distribuição entre os partidos (PP, DEM, PMDB, PSDB e PT) e em seu interior. As autoras localizaram, acerca da distribuição intrapartidária, que as agremiações a realizam de formas diferentes. Há partidos que concentram esse recurso em nível nacional, como o Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto outros, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MDB) e o Partido da Social Democracia (PSDB) adotam estratégia mais descentralizada de distribuição. Botassio (2017), também identifica um maior nível de centralização de recursos no PT e descentralização no PSDB, embora ambos distribuam o fundo partidário de forma desigual aos diretórios estaduais.

Schaefer (2018) amplia o escopo ao analisar todos os partidos e utiliza a distribuição realizada do fundo partido pelas agremiações como indicador de centralização e nacionalização dos partidos. O autor identifica uma tendência centralizadora em nível nacional e, quando distribuídos aos diretórios estaduais, essa distribuição tende a ser de duas formas: a) mais equânime entre os estados ou b) concentrados em estados específicos, com distribuição em estados onde há membros da Executiva Nacional e/ou lideranças do partido com projeção interna na organização. Além disso, a distribuição parece estar correlacionada com o aporte financeiro dos partidos, quanto *“mais recursos, mais distribuição”* (Schaefer, 2018, p. 112). Os estados nos quais há maior presença organizacional ou eleitoral são mais privilegiados quando esse tipo de recurso é distribuído, passando pela influência dos membros da Executiva Nacional nos estados e seu grau de parlamentarização. Os partidos maiores, centralizados ou não, distribuem os

⁶ Entre os partidos ver Bolognesi (2016).

recursos de maneira mais equitativa entre os estados e, ao analisar qualitativamente, o autor identifica o impacto das lideranças regionais para a distribuição do fundo partidário.

Dado o pequeno número de trabalhos, sabemos relativamente pouco sobre a forma que partidos brasileiros destinam os recursos financeiros – público e privado - do diretório nacional. Em nível internacional, há pesquisa sobre os partidos mexicanos, na qual Harbers (2014), analisa a distribuição dos recursos públicos de três partidos. Também em perspectiva multinível, argumenta que o governo descentralizado desincentiva a nacionalização dos partidos, uma vez que, os partidos, interessados em eleger governos locais, direcionam recursos para onde possuem histórico de melhor desempenho e são mais competitivos, distribuindo incentivos apenas em lugares específicos e solapando, assim, sua nacionalização. Sobre o Japão, Carlson (2012) identifica, ao analisar a distribuição e consequências do fundo público dos partidos japoneses, uma distribuição equânime entre os candidatos, sem grandes diferenças entre os *incumbents* e desafiantes. Razão alegada pelo autor trata como variável independente a preocupação dos líderes nacionais em evitar possíveis conflitos intrapartidários.

Ademais, as pesquisas que discutem a distribuição realizada pelos partidos estão concentradas nas agremiações norte-americanas. Em um dos trabalhos que inauguraram essa perspectiva, Gary Jacobson (1985) analisa as estratégias dos partidos ao distribuir recursos controlados pela sua organização para, em tese, alcançar interesses coletivos. A hipótese do autor é que os partidos distribuem de forma racional, com o objetivo de aumentar o número de assentos no Legislativo nacional. O autor mostra que o Partido Republicano alcançou um sistema de distribuição de recursos mais centralizado, focado em candidatos competitivos e conquistando um maior número de cadeiras, enquanto o Partido Democrata, descentralizou seus recursos e conquistou um número menor de cadeiras.

Herrnson (1989) examina as estratégias dos partidos, também nos USA, para a distribuição de recursos em campanhas parlamentares. O autor identifica que os membros da direção nacional dos partidos consideram a competitividade, competência dos candidatos e questões conjunturais, como o interesse em aumentar a base do partido em uma determinada região, pressão por parte dos parlamentares do partido, qualidade da organização da campanha, para tomar a decisão de como destinar verba aos *branches* partidários.

Gierzynski and Breaux (1994), em uma análise próxima a que desenvolvemos aqui, examinam o papel da estrutura partidária no financiamento de candidatos. Como o dinheiro é distribuído depende, segundo os autores, da origem do recurso. O recurso vindo do partido político colaboraria para um maior equilíbrio da competição, “*that a greater role for parties in*

financing elections would result in a more equitable distribution of campaign money and a greater level of competition in legislative campaigns” (Gierzynski and Breaux, 1994 p. 172).

Os autores alegam que há diferenças nos objetivos da organização partidária e de um doador não partidário, que envolve a elaboração de políticas. Uma vez que essas fontes privadas são a maior fatia de financiamento, a hipótese dos autores é que, em virtude disso, a distribuição é realizada de forma desigual, favorecendo os candidatos *incumbents*, que são o alvo dos financiadores não partidários. Os que já possuem recursos, recebem mais recursos, e candidatos distantes do Estado que necessitam de financiamento são negligenciados. As organizações partidárias podem colaborar com candidatos não mandatários a fim de tentar derrubar os titulares, ou contribuir com candidatos *“who have no chance of winning in order to lay the foundations of future competitive races”* (Gierzynski and Breaux, 1994, p. 174). No entanto, essa distribuição se dá de forma mais igualitária na medida em que o partido possua recursos para isso:

“Consequently, when party organizations are more active and have greater resources, the distribution of campaign money should be relatively more equitable meaning the gap between incumbent and challenger revenue should be smaller.” (Gierzynski and Breaux, 1994, p. 174).

Os partidos teriam papel fundamental para equilibrar, segundo os autores, a competição entre *incumbents* e desafiantes. Os autores analisam o modo como as organizações partidárias e não partidárias alocam seus recursos por tipo de candidato em um modelo estatístico e com simulação do pleito. Os autores concluem que a probabilidade das organizações partidárias em contribuir com os candidatos em caso de disputa competitiva é maior em comparação com o financiador não partidário. Em alguns estados a contribuição partidária a candidatos desafiantes eram muito mais altas do que a contribuição de indivíduos, empresas e outros financiadores (não partidários). Ambos os doadores (partidários e não partidários) depositam mais dinheiro em disputas mais acirradas, no entanto, o partido prioriza desafiantes e o doador não partidário, o *incumbent*. O aumento do financiamento partidário, aumentaria a média de votos de desafiantes e diminuiria a discrepância que há entre os dois grupos de candidatos.

Partido desta avaliação, do equilíbrio de recursos e o papel da estrutura partidária em fazê-lo para estabelecer estratégias analisados os dados abaixo.

Metodologia e dados

É preciso, então, ligar as duas pontas das hipóteses aventadas e escrutinadas pela literatura acima. O primeiro passo é mensurar a estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros. A partir de dados disponíveis no TSE, na Câmara dos Deputados, nos sites dos partidos e em pesquisa de campo junto às agremiações, elaboramos a estrutura organizacional dos partidos tomando variáveis de Tavits (2013) e Scarrow, P. Webb and Poguntke (2017).

A estrutura organizacional é a base com a qual os partidos políticos partem para organizarem-se e distribuírem poder internamente e fazerem contato com a sociedade e com o Estado. Diferentemente das teorias de grande alcance, a ideia aqui é que mudanças de médio alcance possam revelar padrões incrementais que as legendas executam e modificam-se pontualmente (Ribeiro, 2018). Não estamos procurando entender a dinâmica de modelos de partido e tipologias que retratam movimentos estruturais dos partidos políticos, mas sim oferecer uma compreensão das bases com as quais cada legenda parte para lidar com dimensões representativa e governamental.

As variáveis que compõem a estrutura organizacional dos partidos políticos são nove apresentadas abaixo:

i) *extensão organizacional*: o tamanho da executiva ou do diretório nacional do partido. Mensurada pela quantidade de cargos – e não de pessoas – que cada partido possui em sua direção revela a capacidade do partido em mobilizar uma organização ampla e manter uma base de trabalho com posições profissionais e remuneradas (Scarrow, P. Webb and Poguntke, 2017);

ii) *capilaridade territorial*: é a porção do território de um país onde o partido se faz presente. Quanto mais o partido ocupa o território mais fácil é a dinâmica para mobilizar eleitores, angariar votos e ter ao seu dispor trabalhadores capazes de fazer valer o partido nas bases geográficas eleitorais (Panebianco, 2005; Tavits, 2012b). Mensurada aqui pela proporção de órgãos partidários nos municípios brasileiros;

iii) *inflexão territorial*: trata-se da replicação da estrutura nacional do partido em suas unidades subnacionais. A replicabilidade de tal estrutura aponta a capacidade do partido em montar estruturas complexas e criar correspondência decisória na relação do partido nacional com suas subunidades (Panebianco, 2005). Para medir esta variável escolhemos dez estados brasileiros e verificamos se as executivas ou diretórios estaduais possuíam a mesma hierarquia dos nacionais. Um partido que replica toda a estrutura teve como pontuação um nesta variável, enquanto que um partido que replicou nenhuma estrutura pontua zero;

iv) *densidade eleitoral*⁷: refere-se à capacidade da legenda em mobilizar seus filiados ou contar com filiados para a mobilização do voto (Tavits, 2012). Quanto mais filiados um partido possui, maior sua capacidade de amear votos entre a sociedade. A variável foi mensurada pela proporção de filiados de cada partido em relação ao total de eleitores do Brasil em 2014;

v) *flexibilidade*: mensurada a partir da idade do partido desde sua fundação⁸, tem como objetivo mostrar que o partido seja um *label* que perdura no tempo a despeito das mudanças em sua composição e que os eleitores possam identifica-lo como um *player* na disputa democrática ao longo do tempo;

vi) *complexidade organizacional*: trata-se da interdependência entre as unidades do partido e da especialização que a organização possui para tratar de temas específicos e demandas dos eleitores. Em cada partido foram observados órgãos especiais como secretaria de mulheres, secretarias de movimentos sociais, vice-presidência de relações internacionais, ou alas da legenda como a ala jovem, a ala empreendedor. A especialização mostra a disposição do partido em manter vínculos com setores específicos da sociedade e ter contato formal com as bases sociais do partido;

vii) *justaposição parlamentar-partidária*: pensada para dizer sobre a autonomia do partido em relação aos seus representantes eleitos. Quanto menos o partido depende de sua arena representativa, mais a agremiação pode se preocupar com as questões alheias à estrutura de governo e priorizar a autonomia organizativa. Mensurada a partir da proporção de membros da executiva que não ocupam assentos representativos de qualquer natureza, quanto mais membros do partido com cargos eletivos, maior a justaposição e menor a autonomia (Daza, 2005);

viii) *centralidade organizativa*: não basta que o partido esteja presente com seus candidatos apenas no período eleitoral, a presença de diretórios permanentes é importante para que a organização seja reconhecida como uma instituição capaz de mobilizar votos, participar de governos e canalizar expressões para além do interstício eleitoral. Neste sentido a presença de uma estrutura centralizada em estruturas permanentes é fundamental para que, a partir disso, a institucionalização da organização ocorra (Tavits, 2013). Aqui mensuramos pela proporção de diretórios partidários em relação ao total de órgãos partidários;

⁷ Scarrow, Webb e Poguntke (2017) utilizam a variável como *members ratio*, assim como fazem Ribeiro e Locatelli (2018). Mas trata-se rigorosamente da mesma medida.

⁸ Desconsideramos que alguns partidos, como o Partido Comunista Brasileiro ou o PTN (atual Avante), existiram no período da democracia populista e foram interrompidos. Consideramos apenas a reabertura política como período de existência contínua dos partidos, portanto apenas a partir de 1979.

ix) *extensão burocrática*: é aquilo que V.O. Key (1949) chama atenção sobre a necessidade de contar com pessoal remunerado e especializado para executar funções dentro do partido. Desde funções elementares e assessórias até funções centrais como a presidência da legenda. É a dimensão que segundo Sacarrow, Webb e Poguntke (2017) salientam como mantenedora da organização partidária e executora da distribuição de recursos de poder e materiais na organização. Aqui é mensurada por meio da quantidade de funcionários que cada partido possui no gabinete da liderança da Câmara dos Deputados e na quantidade de funcionários presentes nas folhas de pagamento das executivas nacionais.

O quadro 1 resume as variáveis e os indicadores empíricos que utilizamos para mensurar a estrutura organizacional dos 33 partidos que disputaram o pleito parlamentar nacional de 2014.

Quadro 1 – Estrutura organizacional: variáveis e forma de mensuração

variável	indicador	forma de mensuração
i) extensão organizacional	dimensão da executiva nacional do partido	cargos existentes na executiva nacional de cada partido
ii) capilaridade territorial	cobertura territorial do partido	número de órgãos partidários por municípios em cada unidade da federação
iii) inflexão territorial	replicabilidade da executiva nacional	a partir da executiva estadual, verifica-se o quanto esta se aproxima em extensão e especialização da nacional
iv) densidade eleitoral	potencial mobilizador do partido	<i>rank and files</i> por N de eleitores
v) flexibilidade	capacidade de adaptação do partido ao ambiente	idade do partido em anos
vi) complexidade organizacional	especialização das atividades do partido	quantidade de órgãos especializados presentes na estrutura do partido

vii) justaposição parlamentar-partidária	independência da organização em relação à arena representativa	proporção de membros da executiva que não ocupam cargo eletivo
viii) centralidade organizativa	dimensão de órgãos fixos do partido capazes de servir como referência de atividade partidária nos períodos não eleitorais	quantidade de diretórios municipais pelo total de órgãos do partido (comissões interventoras, comissões provisórias e diretórios municipais)
ix) extensão burocrática	material humano do partido para mobilização e execução das atividades partidárias	número de funcionários que trabalham no escritório central do partido e nos escritórios parlamentares da legenda

Fonte: elaboração dos autores a partir da literatura

Os dados coletados apontam que o indicador possui consistência interna aceitável, de modo que não precisamos proceder com a purificação da variância do índice, com alpha de Cronbach ,640⁹. Para a aplicação do indicador de estrutura organizacional normalizamos os dados em escala de zero a um¹⁰. A partir do indicador de estrutura organizacional testamos a distribuição dos recursos do recurso partidário que os partidos repassam para seus candidatos em dois sentidos diferentes. Antes apresentamos uma sumarização da distribuição dos recursos partidários aos candidatos de cada partido.

Tabela 1 - Índice de estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros em 2014¹¹

PT	0,674
PTB	0,516
PSDB	0,510
MDB	0,480
PP	0,458
PSB	0,455
PCdoB	0,438

⁹ Segundo Hair *et. al.* (2009) para as ciências humanas e sociais, alfas acima de 0,6 são aceitáveis, enquanto que o usualmente aceito é acima de 0,7 e para as ciências da saúde apenas acima de 0,85.

¹⁰ Para normalização utilizamos o seguinte procedimento: $(xi - xmin)(b - a) / (xmax - xmin)$, onde xi representa o valor a ser convertido, $xmin$ o menor valor encontrado, $xmax$ o maior valor encontrado, b o valor máximo da escala e a o valor mínimo da escala pretendida. No caso aqui $a=0$ e $b=1$.

¹¹ Apesar de os dados referirem-se a 2014, utilizamos a atual nomenclatura dos partidos políticos já que vários deles alteraram seus nomes nos últimos anos.

PDT	0,430
PPS	0,425
DEM	0,422
PSC	0,403
PV	0,411
PRB	0,360
PSD	0,356
DC	0,326
PSTU	0,325
PRP	0,310
PR	0,309
PTC	0,304
PHS	0,295
PRTB	0,285
PSL	0,284
PSOL	0,280
AVANTE	0,279
PROS	0,270
PMN	0,268
PCO	0,245
SD	0,244
PODE	0,240
PCB	0,220
PATRIOTA	0,217
PPL	0,201

Fonte: LAPeS/UFPR

A interpretação dos dados de estrutura organizacional só se dá de forma comparativa. Apesar de o indicador variar de zero a um, não há um modo de dizer que os partidos são mais ou menos estruturados em absoluto ou abstrato. A pontuação é sempre relativa ao país e ao tempo em que as legendas se inserem e sempre ocorre de forma relativa, já que a distribuição de forças como filiados ou diretórios é estratégica e depende da competição com os pares. Portanto, o que podemos ver na tabela 1 é uma ordenação simples e decrescente dos partidos políticos brasileiros no ano de 2014. Feita esta primeira tarefa de nossos dados, passemos agora para a discussão sobre a distribuição dos recursos partidários neste mesmo ano.

Em 2014, o fundo partidário distribuiu R\$ 289,56 milhões, dos quais R\$ 159,73 milhões foram empregados financiamento de campanhas de candidaturas aos cargos em disputa naquele ano. Os recursos de candidatos a deputado federal que receberam doações oriundas do fundo partidário somaram R\$ 35,21 milhões de reais, ou seja, cerca de 22% do total do fundo em questão, quantia expressiva, considerando-se a quantidade de cargos em disputa e a

centralidade das eleições majoritárias para os partidos. Conforme se observa na Tabela 1 a seguir, a distribuição deste recurso está longe de ser equitativa. Com raras exceções, os partidos, independentemente de porte e posição no espectro ideológico, claramente direcionam seus recursos para poucos candidatos a deputado federal e sua partilha é claramente desigual. O que iremos demonstrar é que, ainda que fraca, os resultados apontam para uma relação entre a estrutura organizativa e a forma com que os partidos distribuem o fundo partidário para seus candidatos à deputado federal.

Tabela 2 – Distribuição dos recursos repassados pelos partidos a candidatos a deputado federal, conforme origem – eleições 2014 (R\$ e %)

partido	PJ(R\$)	PJ (%)	FP (R\$)	FP (%)	PF e outras (R\$)	PF e outras (%)	Rec Total (R\$)	Rec. Total (%)
DEM	26,177,251.16	7.08	3,141,000.00	10.04	415,669.23	2.45	29,733,920.39	7.11
PCdoB	14,243,824.27	3.85	1,359,965.00	4.35	3,103,285.42	18.30	18,707,074.69	4.48
PCB	0.00	0.00	0.00	0.00	4,250.00	0.03	4,250.00	0.00
PCO	0.00	0.00	7,138.60	0.02	1,568.19	0.01	8,706.79	0.00
PDT	1,689,808.01	0.46	1,636,092.10	5.23	206,778.39	1.22	3,532,678.50	0.85
PATRI	1,989,454.33	0.54	832,307.69	2.66	115,578.03	0.68	2,937,340.05	0.70
PHS	746,274.38	0.20	0.00	0.00	107,601.91	0.63	853,876.29	0.20
MDB	55,536,331.48	15.02	448,951.10	1.43	2,256,808.59	13.31	58,242,091.17	13.93
PMN	2,243,870.60	0.61	178,808.85	0.57	40,720.04	0.24	2,463,399.49	0.59
PP	55,068,254.30	14.89	4,847,822.00	15.49	1,288,442.00	7.60	61,204,518.30	14.64
PPL	1,296,632.66	0.35	0.00	0.00	122,716.88	0.72	1,419,349.54	0.34
PPS	4,460,932.20	1.21	644,615.36	2.06	161,988.20	0.96	5,267,535.76	1.26
PR	28,004,053.73	7.57	12,640,500.00	40.40	613,973.35	3.62	41,258,527.08	9.87
PRB	2,004,153.25	0.54	1,296,763.58	4.14	327,345.78	1.93	3,628,262.61	0.87
PROS	3,910,887.09	1.06	3,698.49	0.01	392,881.08	2.32	4,307,466.66	1.03
PRP	519,386.00	0.14	0.00	0.00	70,395.60	0.42	589,781.60	0.14
PRTB	428,044.80	0.12	19,451.18	0.06	28,851.53	0.17	476,347.51	0.11
PSB	10,016,034.75	2.71	367,229.54	1.17	240,041.11	1.42	10,623,305.40	2.54
PSC	4,717,615.86	1.28	642,000.00	2.05	258,690.38	1.53	5,618,306.24	1.34

PSD	23,170,837.68	6.27	551,725.15	1.76	693,780.67	4.09	24,416,343.50	5.84
PSDB	39,611,253.62	10.71	257,413.20	0.82	1,492,276.41	8.80	41,360,943.23	9.89
DC	296,662.50	0.08	8,689.51	0.03	86,289.39	0.51	391,641.40	0.09
PSL	662,135.00	0.18	319,626.52	1.02	136,293.55	0.80	1,118,055.07	0.27
PSOL	5,300.00	0.00	52,436.02	0.17	58,255.85	0.34	115,991.87	0.03
PSTU	0.00	0.00	0.00	0.00	250,111.79	1.48	250,111.79	0.06
PT	51,352,464.11	13.89	241,767.50	0.77	2,046,560.67	12.07	53,640,792.28	12.83
PODE	91,314.02	0.02	225,482.23	0.72	336,790.31	1.99	653,586.56	0.16
PTB	18,081,269.06	4.89	118,596.80	0.38	744,376.06	4.39	18,944,241.92	4.53
PTC	65,828.00	0.02	1,530.00	0.00	10,652.00	0.06	78,010.00	0.02
AVANTE	1,381,717.35	0.37	225,176.00	0.72	106,406.05	0.63	1,713,299.40	0.41
PV	4,596,658.39	1.24	617,876.74	1.97	567,332.05	3.35	5,781,867.18	1.38
SD	17,411,521.93	4.71	600,706.96	1.92	667,235.25	3.94	18,679,464.14	4.47
total	369,779,770.53	88.46	31,287,370.12	7.48	16,953,945.76	4.06	418,021,086.41	100.00

Fonte: Elaboração própria com dados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos recursos que os partidos repassam aos candidatos a deputado federal. Há uma nítida preponderância de pessoas jurídicas como fontes de tais recursos, com mais de 88%. O Fundo Partidário, majoritariamente composto por recursos públicos, aparece em um distante segundo lugar, com menos de 7,5%. Tal dinâmica reflete a que prevaleceu até as eleições até 2014, antes da proibição das doações empresariais para as campanhas políticas. Na prática, até então o financiamento eleitoral era empresarial, seja por meio de doações diretas, seja de doações indiretas e intermediadas pelos partidos, como as ora analisadas. Nota-se, ainda, forte concentração partidária, com as maiores agremiações dispondo de percentuais expressivamente maiores do montante total transacionado.

E internamente? Os partidos concentram ou desconcentram recursos? Para responder, calculamos o coeficiente de Gini para mensurar a distribuição interna dos recursos partidários¹², ou seja, do dinheiro que cada sigla repassa para os candidatos a ela filiados.

¹² Tal coeficiente pode ser usado para calcular a distribuição de recursos entre qualquer população, como, por exemplo, a distribuição de renda de um país. O coeficiente de Gini é um índice entre 0 (nenhuma concentração, ou seja, o recurso é distribuído de maneira completamente igualitária) e 1 (total concentração, ou seja, um único indivíduo abarca todo o recurso em questão).

Como resultado, as agremiações abastecem as campanhas de seus candidatos a deputado federal de modo muito desigual. A concentração de recursos em poucos candidatos pode ser observada na Tabela 3, que apresenta os coeficientes de Gini das agremiações. À exceção do PCO, todos os partidos atingiram índices sempre superiores a 0,80. Invariavelmente, os candidatos apoiados com recursos oriundos de seu partido político são dirigentes ou incumbentes altamente competitivos, independentemente do porte ou da estrutura do partido. A vantagem aqui é ter uma medida comparativa independente do montante de recursos arrecadados por cada partido ou o numerário distribuído por diferentes fontes. O que nos importa é saber em que medida partidos que possuem maior estrutura concentraram mais ou menos recursos. A hipótese, H1, é que os partidos com maior estrutura teriam de responder aos incentivos dados por seus diretórios, pela manutenção de candidatos em diferentes esferas do partido enquanto que em partidos dotados de parca estrutura o recurso fosse concentrado em poucos nomes reforçando o personalismo destas legendas.

Tabela 3 – Concentração dos recursos distribuídos pelos partidos políticos em 2014

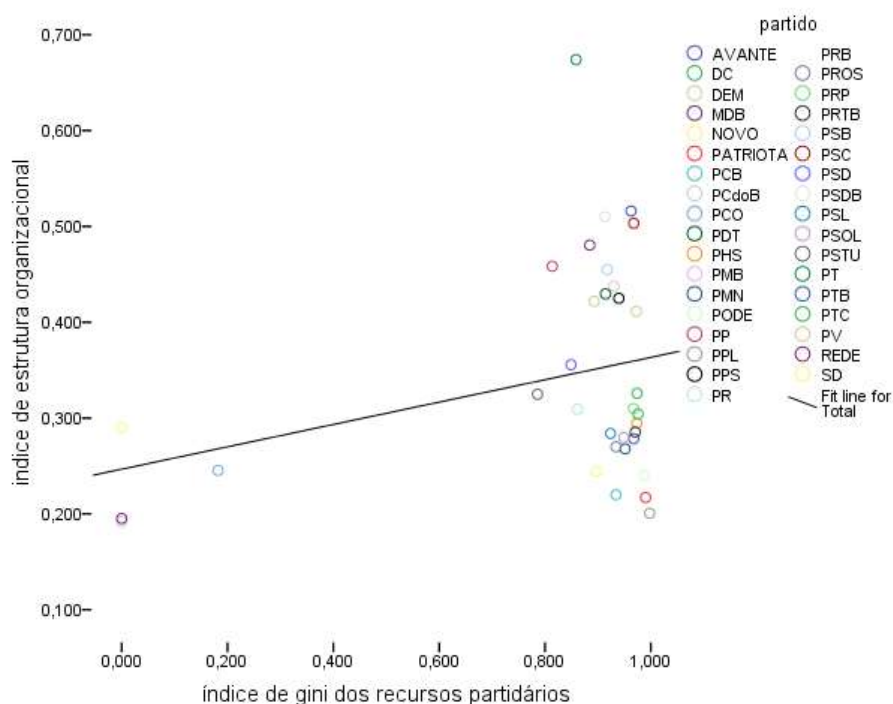
partido	candidatos	candidatos financiados (N)	candidatos financiados (%)	GINI
DEM	178	64	35.96	0.892710361
PCdo B	83	4	4.82	0.930200686
PCB	59	34	57.63	0.933994706
PCO	11	9	81.82	0.181900835
PDT	322	119	36.96	0.914432799
PATRI	293	13	4.44	0.989954827
PHS	301	39	12.96	0.973191718
MDB	378	224	59.26	0.884445915
PMN	165	79	47.88	0.951395179
PP	186	103	55.38	0.813846619
PPL	69	7	10.14	0.997705989
PPS	128	42	32.81	0.93950055
PR	201	96	47.76	0.861288003

PRB	264	77	29.17	0.943508156
PROS	95	30	31.58	0.934109836
PRP	271	29	10.70	0.967180047
PRTB	253	68	26.88	0.970407007
PSB	410	132	32.20	0.91762439
PSC	189	27	14.29	0.967617997
PSD	176	66	37.50	0.849043393
PSDB	329	158	48.02	0.91312618
DC	227	47	20.70	0.973949945
PSL	213	58	27.23	0.923687474
PSOL	425	59	13.88	0.948993339
PSTU	89	61	68.54	0.785835341
PT	395	182	46.08	0.85866638
PODE	246	25	10.16	0.987406031
PTB	266	123	46.24	0.962491733
PTC	232	30	12.93	0.975800074
AVANTE	137	37	27.01	0.967524267
PV	324	86	26.54	0.972518335
SD	159	71	44.65	0.897369231
TOTAL	7074	2199	31.09	

Fonte: LAPeS/UFPR e TSE, elaboração dos autores.

Como aponta na tabela acima, a H1 é rejeitada independentemente da relação com a concentração de recursos e a estrutura de partido. Como dissemos, a maioria dos partidos políticos brasileiros concentrou recursos em poucos nomes com coeficientes de Gini que chegaram muito próximos de 0,99, quando quase que apenas um único candidato (no caso do Patriota, o presidente da agremiação) utilizou todo o recurso partidário para sua campanha eleitoral. Apenas para confirmar, o gráfico 1 abaixo apresenta a correlação entre o coeficiente de Gini dos partidos e o Índice de Estrutura Organizacional.

Gráfico¹³ 1 – Correlação entre Índice de Gini dos recursos partidários e Índice de Estrutura Organizacional nas eleições para deputado federal em 2014



Fonte: LAPeS/UFPR; $r = 0,296$; $\alpha = 0,05$

Como mostra a reta da correlação as duas variáveis apresentam vetor positivo, ainda que bastante fraco. Mesmo para padrões de comportamento de instituições políticas não é possível dizer que há qualquer relação entre a estrutura organizacional dos partidos e a forma com que os mesmos distribuem um recurso partidário para a nominata eleitoral. Diferentemente dos partidos nos Estados Unidos, em que as organizações com maior aporte costumam distribuir mais recursos àqueles que não são apoiados pelos financiadores privados (Gierzynski and Breaux, 1994) e japoneses, em que há uma distribuição equânime entre os candidatos às eleições proporcionais (Carlson, 2012). Os partidos brasileiros, independentemente de sua força organizacional, financiam apenas poucos candidatos, promovendo o que Schaefer (2018) sugere como “listas fechadas”, promovidas aqui pela direção nacional do partido, que investe em um grupo seleto de candidatos.

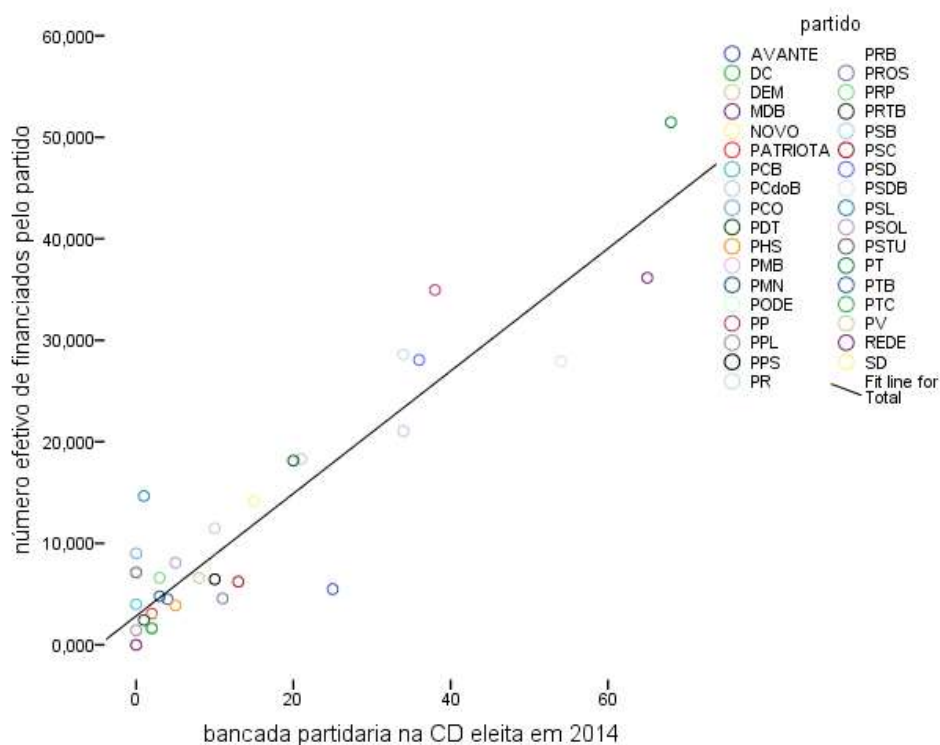
¹³ NOVO, PMB e REDE aparecem com valor zero no eixo X dado que não disputaram as eleições de 2014. Contudo, fizemos o indicador da estrutura organizacional destes partidos com dados referentes ao ano de sua fundação.

Se não há relação com a estrutura organizacional, parece que esta não desempenha um papel decisivo na distribuição de um recurso de poder cada vez mais escasso e cada vez mais importante nas eleições nacionais. Parece, no entanto, que os partidos políticos brasileiros operam uma lógica que leva muito menos em conta o peso da organização partidária e sim o investimento nos nomes que disputam as eleições. Os partidos passam a ser atributos dos candidatos e não o inverso como ocorre nas democracias industriais avançadas europeias (Alcántara, 2016). Apenas o coeficiente de Gini elevado parece ser elemento robusto para se chegar à tal conclusão. Contudo, resolvemos testar uma explicação alternativa baseada na lógica da reprodução eleitoral dos candidatos dos partidos e não do peso da estrutura organizacional.

Para isso operacionalizamos um indicador de Número Efetivo de Financiados (NEF). A lógica é a exatamente a mesma consagrada pelo indicador de Laakso e Taagepera (1979). Ainda que reconheçamos o debate¹⁴ e a limitação do uso do número efetivo de partidos como uma medida de concentração ou dispersão, ter a quantidade numérica de financiados em escala numérica se traduz útil para comparações com outras variáveis. Imaginamos que se os partidos resolvem financiar poucos candidatos proporcionalmente à capacidade do partido e a concentração se dá em poucos nomes a estratégia seria ampliar as bancadas legislativas de modo que o recurso eleitoral advindo do partido fosse um instrumento dos candidatos e não do partido político. Correlacionamos então o NEF com a quantidade de cadeiras que cada partido conquistou nas eleições de 2014. Os resultados estão no gráfico 2.

¹⁴ Para saber mais sobre ver: Molinar(1991), Dunleavy and Boucek (2003), Dumont and Caulier (2005), Golosov (2010), Górecki and Kukołowicz (2017).

Gráfico 2 – Correlação entre Número Efetivo de Financiados e Bancada Eleita na CD em 2014



Fonte: LAPeS/UFPR; $r = 0,924$; $\alpha = 0,01$

Ao contrário da correlação entre o coeficiente de Gini e o Índice de Estrutura Organizacional, desta vez a correlação é quase perfeita ($r = 0,924$, com intervalo de confiança de 99%). O que o dado revela é a estratégia partidária em escolher um número limitado de candidatos para receberem os recursos do partido reflete mecanicamente em cadeiras no parlamento. A lógica de uso dos recursos partidários nas eleições na verdade resulta na alocação monetária a partir da chance eleitoral que cada candidato possui. Chama atenção o fato desta correlação possuir esse grau de força, mostrando que só recebe dinheiro quem possui voto para chegar à Câmara dos Deputados. Tal achado reforça o método pelo qual a concentração em poucos nomes é um desprezo ao peso da organização partidária ao mesmo tempo que uma estratégia bem acertada para eleger bancadas, ainda que os partidos saibam da limitação de cadeiras possíveis de serem conquistadas.

Considerações finais

Os achados apresentados ao longo deste, de um lado, apontam para a rejeição de nossa principal hipótese. Ao contrário do que pensávamos inicialmente, o maior grau de

estruturação dos partidos políticos brasileiros não se converte numa distribuição menos desigual dos recursos de campanha. De outro lado, é possível que, justamente por isso, os resultados indiquem uma particularidade do sistema partidário brasileiro, ao menos na disputa pelas cadeiras na Câmara dos Deputados.

Os partidos apresentam brutal concentração de recursos de campanha em poucos candidatos, quase que invariavelmente os mais competitivos e que, no fim das contas, compuseram a lista de eleitos nas eleições de 2014. Frisamos que tal dinâmica já fora diagnosticada para o financiamento empresarial e, como vimos, vale também para o financiamento partidário, independentemente do grau de estruturação dos partidos. Salvo uma exceção (PCO), todas as agremiações agem da mesma forma, o que sinaliza para a pouca utilidade prática de se reduzir o financiamento privado como medida de redução das assimetrias, especialmente as internas, sem que isso venha acompanhado de dispositivos institucionais que obriguem os partidos a distribuírem seus recursos de maneira mais equitativa.

Ainda, o diagnóstico positivo que se faz dos partidos políticos brasileiros nos anos 90 e na primeira década dos 2000, parece levar em conta apenas o papel dos líderes (Braga, 2008) como sinônimos personificados das organizações que conduzem ou então do comportamento legislativo – e principalmente o *output* resultado deste (Figueiredo and Limongi, 2001) – como um sinal de que o sistema partidário brasileiro é robusto e favorece à governabilidade. Quando olhamos com lupa, percebemos que os partidos são reféns dos parlamentares e se aglutinam em torno da renovação de mandatos ao arrepio de qualquer constrangimento organizacional. A fragmentação partidária que parece não ser o principal elemento para a condução de políticas públicas no Brasil talvez não seja mesmo na medida em que os partidos existem apenas como rótulos legais para promover candidaturas personalistas ainda que se possa contar com alguma diferenciação sociológica ligada à origem dos grandes partidos.

Referências

- Alcántara, M. (2016) *A profissionalização da política*. Edited by E. U. Cervi. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR.
- Ames, B. (1995) 'Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation', *American Journal of Political Science*, 39(2), pp. 406–433.
- Berlatto, F., Codato, A. and Bolognesi, B. (2016) 'Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados', *Revista Brasileira de Ciência Política*, (21), pp. 77–120.

- Bolognesi, B. (2016) 'Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do Fundo Partidário em 2016', *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR*, 3(11), pp. 1–15.
- Botassio, B. (2017) 'Partidos Brasileiros na alocação interna de recursos do fundo partidário', in *9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política*.
- Braga, M. and Bourdoukan, A. (2009) 'Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público', *Perspectivas: revista de ciências sociais*, 35, pp. 117–148.
- Braga, M. do S. S. (2008) 'Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo', *Opinião Pública*, 14(2), pp. 454–485. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200008&script=sci_arttext&lng=es (Accessed: 19 July 2012).
- Braga, M. do S. S. and Pimentel Jr., J. (2011) 'Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?', *Opinião Pública*, 17(2), pp. 271–303.
- Calvo, E. and Murillo, M. V. (2004) 'Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market', *American Journal of Political Science*, 48(4), pp. 742–757.
- Carey, J. M. and Shugart, M. S. (1993) 'Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas', *Electoral Studies*, 14(4), pp. 417–439.
- Carlson, M. (2012) 'Financing democracy in Japan: The allocation and consequences of government subsidies to political parties', *Party Politics*, 18(3), pp. 391–408. doi: 10.1177/1354068810380086.
- Cervi, E. U. (2010) 'Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado', *Revista Brasileira de Ciência Política*, 0(4), pp. 135–167.
- Dantas, H. and Praça, S. (2010) 'Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008', in Krause, S., Dantas, H., and Miguel, L. (eds) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed. Enesp, pp. 99–133.
- Daza, J. D. (2005) 'La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas', *Estudios Políticos*, (27), pp. 103–127.
- Dumont, P. and Caulier, J.-F. (2005) 'THE "EFFECTIVE NUMBER OF RELEVANT PARTIES": How Voting Power Improves Laakso-Taagepera's Index', in *MPRA Paper*, pp. 1–28.
- Dunleavy, P. and Boucek, F. (2003) 'Constructing the Number of Parties', *Party Politics*, 9(3), pp. 291–315. doi: 10.1177/1354068803009003002.

- Eldersveld, S. J. (1964) *Political Parties: a Behavioral Analysis*. Chicago: Rand McNally.
- Ev, L. da S. and Melo, P. V. T. P. de (2014) *De onde vem e como sobrevivem os nanicos ? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros*. Caxambu.
- Figueiredo, A. and Limongi, F. (2001) *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Figueiredo Filho, D. B. (2009) 'O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral', p. 100.
- Freidenberg, F. and Levitsky, S. (2007) 'Organizacion informal de los partidos en America Latina', *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, 46(184), pp. 539–568.
- Gierzynski, A. and Breaux, D. (1994) 'The Role of Parties in Legislative Campaign Financing', *The American Review of Politics*, 15(Summer), pp. 171–189.
- Golosov, G. V. (2010) 'The Effective Number of Parties: A New Approach', *Party Politics*, 16(2), pp. 171–192. doi: 10.1177/1354068809339538.
- Górecki, M. A. and Kukolowicz, P. (2017) 'Electoral formula, legal threshold and the number of parties', [Http://Dx.Doi.Org/10.1177/1354068816688360](http://dx.doi.org/10.1177/1354068816688360), (December 2016). doi: 10.1177/1354068816688360.
- Hair, J. F. J. et al. (2009) *Análise Multivariada de Dados*. São Paulo: Bookman Companhia Editora.
- Harbers, I. (2014) 'States and strategy in new federal democracies: Competitiveness and intra-party resource allocation in Mexico', *Party Politics*, 20(6), pp. 823–835. doi: 10.1177/1354068812458611.
- Herrnson, P. S. (1989) 'National Party Decision Making, Strategies, and Resource Distribution in Congressional Elections', *The Western Political Quarterly*, 42(3), pp. 301–323.
- Holtz-Bacha, C., Langer, A. I. and Merkle, S. (2014) 'The personalization of politics in comparative perspective: Campaign coverage in Germany and the United Kingdom', *European Journal of Communication*, 29(2), pp. 153–170. doi: 10.1177/0267323113516727.
- Horochovski, R. R. et al. (2016) 'Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil', *Opinião Pública*, 22(1), pp. 28–55. doi: 10.1590/1807-0191201622128.
- Jacobson, G. C. (1985) 'Party Organization and Distribution of Party Organization Campaign Resources : Republicans and Democrats in 1982', *Political Science Quarterly*, 100(4), pp. 603–625.
- Janda, K. (1983) 'Cross-National measures of party organizations and organizational theory', *European Journal of Political Research*, 11, pp. 319–332.

- Key Jr., V. O. (1949) *Suthern politics in state and nation*. New York: A Caravelle.
- Laakso, M. and Taagepera, R. (1979) “Effective” number of parties. A measure with application to West Europe’, *Comparative Political Studies*, 12(1), pp. 3–27. doi: 10.1016/S0261-3794(97)00003-6.
- Lazzarini, S. G. and Bandeira-de-mello, R. (2011) ‘What Do Development Banks Do ? Evidence from Brazil ’, pp. 2002–2009.
- Lemos, L. B., Marcelino, D. and Pederiva, J. H. (2010) ‘Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006’, *Opinião Pública*, 16(2), pp. 366–393. doi: 10.1590/S0104-62762010000200004.
- Mainwaring, S. and Torcal, M. (2005) ‘Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização’, *Opinião Pública*, XI(2), pp. 249–286.
- Mancuso, W. P. (2012) ‘Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006’, in Costa, A. D. et al. (eds) *Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade*. Curitiba: CRV.
- Mancuso, W. P. (2015) ‘Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa’, *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), pp. 155–183. doi: 10.1590/1678-987315235409.
- Mancuso, W. P., Horochovski, R. R. and Camargo, N. F. (2016) ‘Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014’, *Teoria & Pesquisa*, pp. 38–64. doi: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.25307>.
- Marcelino, D. (2010) ‘Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006.’, *Ceppac*, Mestrado, p. 123.
- Molinar, J. (1991) ‘Counting the Number of Parties: An Alternative Index’, *The American Political Science Review*, 85(4), pp. 1383–1391. doi: 10.2307/1963951.
- Nascimento, W. et al. (2016) ‘Does Size Matter? Electoral Performance of Small Parties in Brazil’, *Brazilian Political Science Review*, 10(2), pp. 1–26. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-38212016000200005>.
- Panebianco, A. (2005) *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Peixoto, V. D. M. (2010) ‘Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil’, *Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ*, (1), p. 207.
- Pereira, C. and Renno, E. L. (2007) ‘O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil’, 27(108), pp. 664–683.

Poguntke, T. *et al.* (2016) 'Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies: How parties organize in the 21st century', *Party Politics*, 22(6), pp. 661–678. doi: 10.1177/1354068816662493.

Ribeiro, P. F. (2018) 'The Proof of the Pudding : Members , Money and Party Organizational Strength in Latin America The Proof of the Pudding : Members , Money and Party Organizational Strength in Latin America', (March). doi: 10.13140/RG.2.2.15490.99522.

Sáez, M. A. (2005) *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*. Barcelona: ICPS.

Sáez, M. A. and Freidenberg, F. (2000) 'Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina', in, pp. 1–17.

Samuels, D. (2001a) 'Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies Theory and Evidence from Brazil', *Comparative Politics*, 34(1), pp. 23–42. doi: 10.2307/422413.

Samuels, D. (2001b) 'Money, Elections, and Democracy in Brazil', *Latin American Politics and Society*, 43(2), pp. 27–48. doi: 10.1111/j.1548-2456.2001.tb00398.x.

Samuels, D. (2001c) 'When Does Every Penny Count?', *Party Politics*, 7(1), pp. 89–102. doi: 10.1177/1354068801007001005.

Samuels, D. J. (1999) 'Vote in Candidate-Centric', *Comparative Political Studies*, 32(4), pp. 487–518.

Scarrow, S. E. (1996) *Parties and their members*. Oxford: Oxford University Press.

Scarrow, S. E., Webb, P. D. and Poguntke, T. (2017) *Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power*. Oxford: Oxford University Press.

Scarrow, S. E., Webb, P. and Poguntke, T. (2017) *Organizing Political Parties. Representation, participaton, and power*. Edited by S. E. Scarrow, P. Webb, and T. Poguntke. Oxford: Oxford University Press.

Schaefer, B. M. (2018) *As lógicas de distribuição do fundo partidário: centralização e nacionalização dos partidos brasileiros (2011-2015)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Schattschneider, E. (1942) *Party government*. New York: Holt, Rinehart and Wilston.

Speck, B. W. and Mancuso, W. P. (2011) 'O Financiamento Político nas eleições brasileiras de 2010: um panorama geral', in *GT 13 - Financiamento Político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos, eleições, candidatos e representantes*. Caxambu.

Tavits, M. (2008) 'Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies', *British Journal of Political Science*, 38(1), pp. 113–133. doi:

10.1017/S0007123408000069.

Tavits, M. (2012) 'Organizing for Success: Party Organizational Strength and Electoral Performance in Postcommunist Europe', *The Journal of Politics*, 74(1), pp. 83–97. doi: 10.1017/S0022381611001198.

Tavits, M. (2013) *Post-communist democracies and party organization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Webb, P. D. and Keith, D. (2017) 'Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database', in Scarrow, S. E., Webb, P. D., and Poguntke, T. (eds) *Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power*. Oxford: Oxford University Press.

Wills-Otero, L. (2016) 'The electoral performance of Latin American traditional parties, 1978–2006: Does the internal structure matter?', *Party Politics*, 22(6), pp. 758–772. doi: 10.1177/1354068814563971.